



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

NÍVEL MÉDIO
TARDE

CONCURSO PÚBLICO

PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados relativos ao cargo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas e na sua Folha de Texto Definitivo da prova discursiva. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, ou aos dados relativos ao cargo a que você concorre solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O descumprimento dessa instrução poderá implicar a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da Folha de Respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a Folha de Texto Definitivo.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e a sua Folha de Texto Definitivo e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na Folha de Respostas ou na Folha de Texto Definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES:

• Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

• Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br; Internet — www.cespe.unb.br.

• É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destreas, que expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse* e que **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Um levantamento do Conselho Nacional de Justiça
mostra que, atualmente, no Brasil, estão disponíveis para a
adoção 4.799 crianças e adolescentes. São 27.437
4 interessados, mas a maioria não quer crianças com mais de
cinco anos de idade. A preferência brasileira de adoção é por
crianças com até dois anos de idade, e boa parte dos
7 candidatos não aceita irmãos.

Autoridades do Brasil, Peru e Bolívia discutirão o
assunto no VII Encontro Norte/Nordeste de Apoio à Adoção
10 e no I Encontro Trifronteiriço de Adoção —
Brasil/Peru/Bolívia, eventos que ocorrerão, pela primeira
vez, no Acre.

13 A ideia é reunir famílias adotivas e pretendentes à
adoção, conselheiros tutelares, profissionais dos sistemas de
justiça, saúde e educação, assistência e promoção social, e
16 integrantes do Ministério Público, gestores e pessoas da
comunidade em torno do tema Rompendo as Fronteiras da
Adoção — desafios e perspectivas da integração entre os
19 povos do século XXI.

A realização é do Grupo de Estudos de Apoio à
Adoção do Acre em conjunto com o Ministério Público do
22 Estado do Acre e diversos outros parceiros.

As discussões irão contemplar os avanços e entraves
das leis da adoção nos três países, além da integração de
25 ações estratégicas com o Brasil para a consolidação de
grupos de apoio à adoção no Peru e Bolívia.

Internet: <www.ac24horas.com> (com adaptações).

Com relação ao texto acima, julgue os seguintes itens.

- 1 Infere-se da leitura do texto que, tanto no Brasil quanto na Bolívia e no Peru, há aspectos legais que dificultam a adoção.
- 2 Pela organização das ideias do texto, entende-se que “interessados” (l.4) e “candidatos” (l.7) são “pretendentes à adoção” (l.13-14).
- 3 Não haveria prejuízo para a correção gramatical do texto se, na linha 4, a forma verbal “quer” estivesse flexionada no plural, concordando com a palavra “maioria”.
- 4 O último parágrafo do texto poderia ser correta e coerentemente reescrito da seguinte forma: As discussões contemplaram aspectos positivos e negativos da legislação de adoção nos três países, a despeito da integração de estratégias que juntamente com o Brasil, consolidaram grupos de apoio à adoção peruana e boliviana.
- 5 Nesse texto, que se caracteriza como dissertativo-argumentativo, o autor se posiciona favoravelmente à adoção de crianças com mais de cinco anos e idade.

1 O Senado Federal aprovou em plenário, em 31/10/2012,
o projeto de lei originário da Câmara dos Deputados
(PL n.º 2.793/2011) que tipifica como criminosas algumas
4 condutas cometidas no meio digital, sobretudo a invasão de
computadores. A imprensa tem noticiado como se fosse a
primeira aprovação desse tipo no Brasil e alguns setores
7 comemoraram como se a existência de uma lei para os crimes
eletrônicos fosse tudo o que faltava para diminuir a delinquência
cibernética. Sendo o Brasil um país de tradições positivistas e
10 sendo vedada a aplicação de analogia para criar tipos penais, não
resta dúvida da necessidade de aprovação da lei. Talvez com a
previsão dessas condutas específicas, haja melhores resultados
13 punitivos.

A falta de estrutura na maioria das delegacias civis do
país e a ausência de previsão legal que estabeleça a
16 obrigatoriedade da guarda de *logs* acabam por inviabilizar a
investigação dos crimes digitais, em muitos casos. Com o Marco
Civil da Internet (PL n.º 2.126/2011), o legislador poderia sanar
19 esse problema ao prever o armazenamento de tais registros, sem
dar margem à violação da privacidade, evidentemente. No
entanto, no último parecer ao projeto, no mês julho, o deputado
22 relator retirou a obrigatoriedade do armazenamento dos dados
pelos provedores de aplicações à Internet, os chamados
provedores de conteúdo, deixando essa previsão apenas aos
25 provedores de conexão. O fato é que os registros de conexão nem
sempre são suficientes para uma eficiente coleta de provas. O
certo seria obrigar também os provedores de conteúdo a fazer
28 esse registro, o que permitiria investigar e punir não só os crimes
digitais como também outros, tais como os de difamação, calúnia
e injúria, tão comuns nas redes sociais.

Rafael Fernandes Maciel. *Ir. Consultor Jurídico*, 9/11/2012.
Internet: <www.conjur.com.br> (com adaptações).

A respeito das ideias e de aspectos linguísticos do texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 6 Não causaria prejuízo às relações sintáticas do período a substituição do trecho “é que os registros de conexão nem sempre são suficientes” (l.25-26) por **de os registros de conexão nem sempre serem suficientes**.
- 7 As palavras “conteúdo”, “calúnia” e “injúria” são acentuadas de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.
- 8 Mantendo-se a relação de sentido estabelecida entre os períodos, a expressão “No entanto” (l.20-21) poderia ser substituída, corretamente, por **Com tudo**.
- 9 Depreende-se da leitura do texto que o projeto aprovado pelo Senado Federal, em 31/10/2012, não constitui a única iniciativa legislativa para o combate dos crimes eletrônicos no Brasil.
- 10 Infere-se da leitura do texto que seu autor não acredita que a mera existência de legislação específica para crimes eletrônicos reduza a incidência de delitos cibernéticos.
- 11 O trecho “Sendo o Brasil (...) aprovação da lei” (l.9-11) pode ser reescrito, com correção gramatical e sem prejuízo de seu sentido original, da seguinte forma: Dadas as tradições positivistas brasileiras e à vedação analógica de criação de tipos penais, não há dúvida a respeito da necessidade de aprovação da lei.

1 Aprovada pela Comissão Especial sobre Igualdade de
Direitos Trabalhistas da Câmara de Deputados, a proposta de
emenda à Constituição (PEC) n.º 478/2010 poderá mudar as
4 relações de trabalho de aproximadamente 6,6 milhões de
brasileiros.

A proposta amplia os direitos dos empregados
7 domésticos, igualando-os aos dos demais trabalhadores
urbanos do país. O texto revoga o parágrafo único do artigo 7.º
da Constituição Federal de 1988, que trata especificamente dos
10 domésticos e lhes garante apenas alguns dos direitos a que tem
acesso o conjunto dos trabalhadores.

A PEC prevê 16 novos benefícios à categoria,
13 incluídos a definição da carga horária semanal de 44 horas e o
pagamento de hora extra e de adicional noturno para atividades
entre as 22 h e as 5 h. A proposta também torna obrigatório o
16 recolhimento do fundo de garantia do tempo de serviço
(FGTS), que representa o principal impacto da medida, caso
seja aprovada e promulgada. “O recolhimento do FGTS até
19 agora não é obrigatório e na prática quase nenhum patrão faz,
daí, a aprovação da PEC significar uma mudança que terá
efeitos imediatos”, explicou um advogado trabalhista.

Internet: <www.cartacapital.com.br> (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 12 O primeiro período do segundo parágrafo do texto poderia ser
corretamente reescrito da seguinte forma: A proposta amplia os
direitos dos empregados domésticos. Os igualando aos dos
demais trabalhadores urbanos do país.
- 13 Na linha 12, “à categoria” equivale a **para a categoria**.
- 14 O último período do texto, que encerra um trecho de fala
informal, poderia ser reescrito de acordo com as regras da
escrita formal e sem prejuízo da informação prestada, do
seguinte modo: Conforme explicou um advogado trabalhista,
por não ser obrigatório, o recolhimento do FGTS não é feito,
na prática, por quase nenhum empregador, por isso a
aprovação da PEC representará uma mudança com efeitos
imediatos.
- 15 Conclui-se da leitura do primeiro parágrafo do texto que mais
de 6 milhões de trabalhadores brasileiros são empregados
domésticos.

Considere que um servidor de determinado tribunal tenha de redigir
um ofício dirigido a outro órgão do Judiciário. A respeito das
características desse tipo de documento, julgue os itens que se
seguem.

- 16 O campo assunto pode ser dispensado caso o ofício seja de
mero encaminhamento de documento, uma vez que não há
necessidade de resumir o texto.
- 17 Para atingir clareza em seu texto, o servidor deve, entre outros
fatores, ordenar suas ideias, com as palavras bem dispostas nas
frases e as intercalações reduzidas, e utilizar corretamente a
pontuação.
- 18 O servidor deve atentar-se ao padrão ofício de diagramação,
sem esquecer-se de incluir o nome, o endereço e o cargo do
destinatário.
- 19 Caso o destinatário ocupe um cargo hierarquicamente inferior
ao do remetente, o fecho adequado para o documento será
“Cordialmente”.

Julgue os itens seguintes, acerca das correspondências oficiais.

- 20 O documento utilizado por ministro de Estado que desejar
convidar outro ministro para a mesa de abertura de um
seminário é a mensagem.
- 21 O correio eletrônico é uma forma de comunicação célere, na
qual deve ser utilizada linguagem compatível com a
comunicação oficial, embora não seja definida uma forma
rígida para sua estrutura.

Conforme o **Manual de Redação da Presidência da República**,
a redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, pelo uso
do padrão culto de linguagem, pela clareza, concisão, formalidade
e uniformidade. Nesse sentido, cada um dos itens seguintes
apresenta um fragmento de texto que deve ser julgado certo se,
além de estar gramaticalmente correto, atender aos atributos
descritos; em caso contrário, deve ser julgado errado.

- 22 A partir da análise deste relatório, percebe-se que o número
cada vez maior e por isso mesmo mais preocupante, de
servidores que apresentam atestado médico para justificar as
ausências no trabalho, tem preocupado o serviço médico desta
Instituição, uma vez que tais afastamentos podem estar ligados
a algum fator existente no ambiente de trabalho, o que precisa
ser verificado com urgência.
- 23 A Comissão de Licitação torna público aos licitantes e demais
interessados que receberá os envelopes com as propostas
referentes ao objeto em epígrafe no dia 12/12 às 15 horas.
Informa, ainda, que cópia do Edital encontra-se à disposição na
Seção de Compras, no térreo do Edifício Sede deste Tribunal.
- 24 Considerando o exposto pelo Chefe da Secretaria, submeto à
sua autorização o pedido de aquisição de suprimentos de
informática, mediante sistema de registro de preços.
- 25 Em atenção ao ofício acima referenciado, encaminho os
esclarecimentos prestados pela gerência de informática, bem
como a cópia do relatório anual de gestão.

Quando o exército israelense assassinou o comandante militar do Hamas em Gaza, dando início ao atual conflito, o alvo não era só um líder palestino, mas também uma linha de suprimento de foguetes do Irã que, pela primeira vez, possibilitou ao Hamas atacar tão longe quanto Tel Aviv e Jerusalém. O comandante morto transformou a milícia do Hamas em uma força disciplinada com armas, como os foguetes Fajr-5, que aumentaram significativamente os riscos para as maiores cidades israelenses.

O Globo, 19/11/2012, p. 22 (com adaptações).

Considerando o fragmento de texto acima como referência inicial e a amplitude do tema por ele abordado, julgue os itens seguintes.

- 26 O petróleo, vital para a economia mundial contemporânea, é a grande riqueza do Oriente Médio.
- 27 Impossibilitado de receber ajuda de países ocidentais, Israel mantém-se economicamente com o auxílio de alguns países árabes, como o Iraque e a Síria.
- 28 O Oriente Médio é uma das regiões do mundo contemporâneo onde mais ocorrem ataques bélicos, tendo sido palco de sucessivos conflitos nas últimas décadas.
- 29 O Hamas é o partido político que governa atualmente o Estado da Palestina.
- 30 Entre os países árabes, o Irã é o mais tolerante e pacifista.

Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto n.º 1.171/1994), julgue os itens subsequentes.

- 31 O servidor público que, no exercício de suas atribuições, deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos que estejam ao seu alcance, incorre em conduta vedada pelo Código de Ética.
- 32 Para fins de apuração de comprometimento ético, não é considerado servidor público aquele que, ligado apenas indiretamente a entidade paraestatal, prestou serviço de natureza excepcional e sem retribuição financeira, por simples ato jurídico.
- 33 Considere que determinado órgão público tenha constituído comissão de ética composta por dois servidores titulares de cargo efetivo e um ocupante de cargo em comissão. Nessa situação, o ato de constituição é legítimo, já que a legislação de regência exige que a comissão seja integrada por, no mínimo, dois servidores ocupantes de cargo efetivo.

Considerando a legislação que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública, julgue os itens subsequentes.

- 34 As cominações previstas na lei de improbidade administrativa têm natureza pessoal, razão pela qual não podem atingir o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público.
- 35 É viável a aplicação da lei de improbidade àquele que se beneficiou direta ou indiretamente do ato de improbidade, ainda que não seja qualificado como agente público.
- 36 Se a omissão do servidor público que causou a lesão ao patrimônio público for meramente culposa não se impõe a necessidade de integral ressarcimento do dano.

Julgue os itens a seguir, relativos aos atos de improbidade administrativa.

- 37 De acordo com a legislação aplicável, o servidor que retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício pratica ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- 38 O servidor público que facilita para que terceiro se enriqueça ilicitamente pratica ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

Com base no Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Acre, julgue os itens a seguir.

- 39 A perda de cargo por servidor público estável dar-se-á apenas em virtude de sentença judicial condenatória transitada em julgado.
- 40 Considere que um servidor público estável no cargo A tenha tomado posse no cargo público B, que não é acumulável, após ter sido aprovado em concurso público. Considere, ainda, que, ao término do estágio probatório relativo ao cargo B, o servidor tenha sido considerado inabilitado. Nessa situação, o servidor poderá ser reconduzido ao cargo A.
- 41 Os cargos em comissão devem ser providos por, no mínimo, 25% de servidores do quadro efetivo, observado o critério de qualificação técnica para o exercício das funções.

Considerando o disposto no Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Acre e no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Acre, julgue os itens que se seguem.

- 42 Compete à Câmara Criminal julgar os recursos interpostos contra as decisões do Tribunal do Júri.
- 43 Considere que um notário tenha praticado uma infração relacionada à função que desempenha. Nesse caso, compete ao presidente do Tribunal de Justiça instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar para apurar a infração.

Em decisão proferida acerca da prisão de um réu, depois de constatado pagamento de pensão alimentícia, o magistrado determinou: “O réu deve ser imediatamente solto, se por outro motivo não estiver preso”.

Considerando que a determinação judicial corresponde a uma proposição e que a decisão judicial será considerada descumprida se, e somente se, a proposição correspondente for falsa, julgue os itens seguintes.

- 44 Se o réu permanecer preso, mesmo não havendo outro motivo para estar preso, então, a decisão judicial terá sido descumprida.
- 45 Se o réu for imediatamente solto, mesmo havendo outro motivo para permanecer preso, então, a decisão judicial terá sido descumprida.
- 46 As proposições “Se o réu não estiver preso por outro motivo, deve ser imediatamente solto” e “Se o réu não for imediatamente solto, então, ele está preso por outro motivo” são logicamente equivalentes.
- 47 A negação da proposição relativa à decisão judicial estará corretamente representada por “O réu não deve ser imediatamente solto, mesmo não estando preso por outro motivo”.

João e Pedro integram o mesmo partido, mas são desafetos políticos. João está disputando a eleição para prefeito da cidade. Pedro é deputado e pretende disputar a eleição para presidente da República. Cada partido pode apresentar somente um candidato ao cargo de presidente.

Na análise da situação eleitoral do partido, um jornalista fez as seguintes afirmações:

— Se João for eleito prefeito, demonstrará força política e disputará a eleição presidencial da República.

— Se João disputar a eleição presidencial da República, Pedro não a disputará.

— Se João não for eleito prefeito, tornar-se-á presidente do partido e não apoiará a candidatura de Pedro à eleição para presidente da República.

— Se o presidente do partido não apoiar a candidatura de Pedro, ele não disputará a eleição para presidente da República.

Com base na situação descrita acima, julgue os itens a seguir.

- 48 As afirmações do jornalista permitem concluir que “Se João for eleito prefeito, então Pedro disputará a eleição presidencial da República”.
- 49 A negação da proposição “Se João for eleito prefeito, demonstrará força política e disputará a eleição presidencial da República” é logicamente equivalente a “João é eleito prefeito, mas não demonstra força política e não disputará a eleição presidencial da República”.
- 50 O argumento cujas premissas correspondem às quatro afirmações do jornalista e cuja conclusão é “Pedro não disputará a eleição presidencial da República” é um argumento válido.